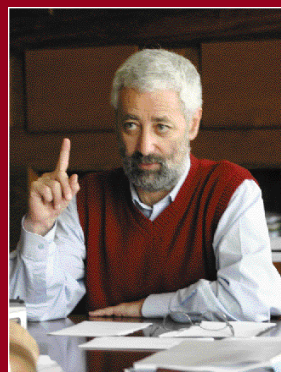


# Superior

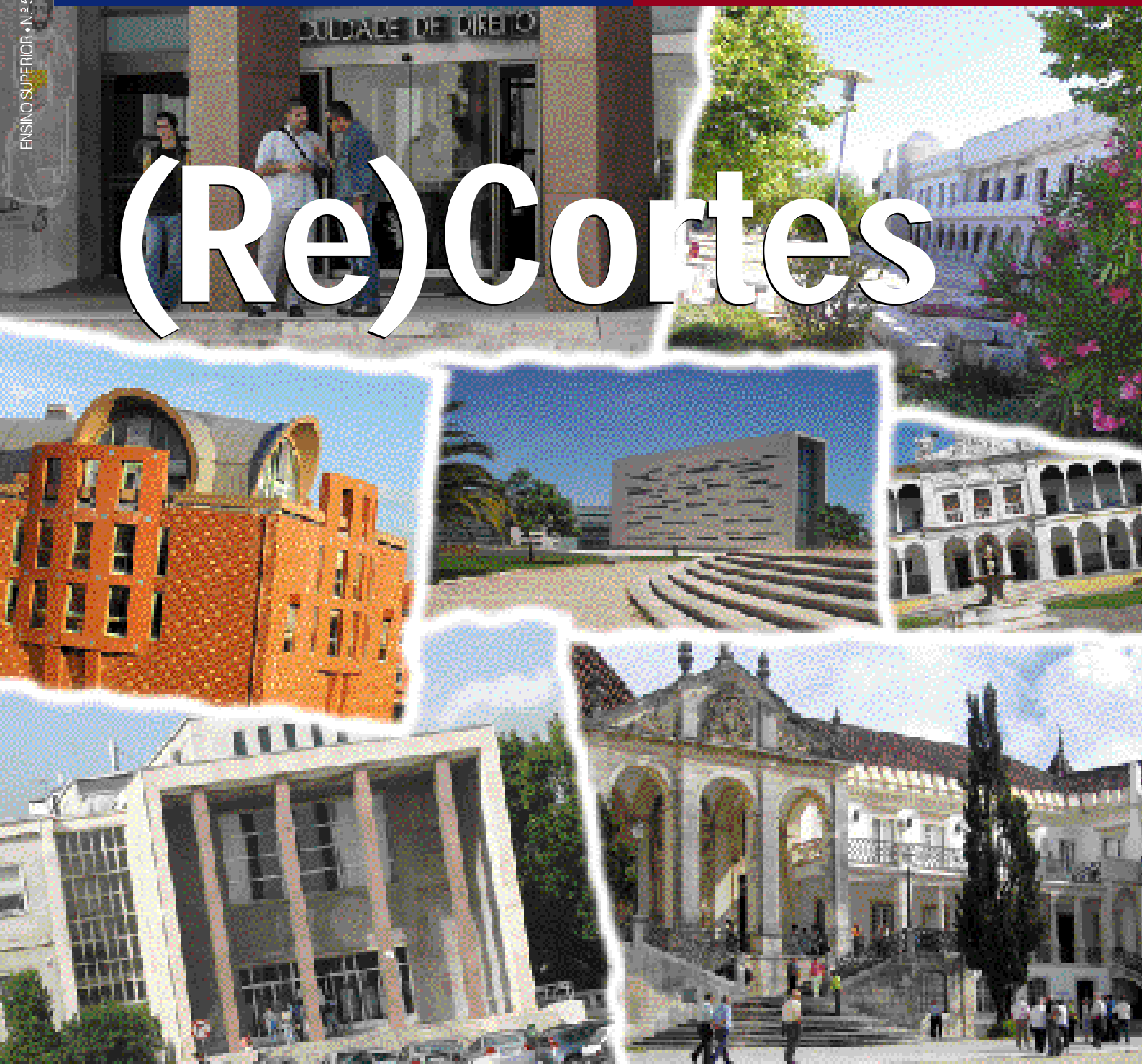
FENPROF

# ENSINO E INVESTIGAÇÃO



Entrevista com o Reitor António Nóvoa:  
**Bolonha está a correr mal porque há muita cosmética e pouca mudança efectiva**

# (Re)Cortes



Ensino Superior Público  
**Os despedimentos  
não são inevitáveis**

## Propriedade, Redacção e Administração

Federação Nacional dos Professores  
Rua Fialho de Almeida, 3  
1070-128 LISBOA  
Tels.: 213819190 – Fax: 213819198  
Email: sup@spgl.pt  
Home page: www.fenprof.pt/superior

**Director:** Paulo Sucena

## Departamento de Ensino Superior:

João Cunha Serra ■ Mário Carvalho  
Nuno Rilo ■ Teresa Chaveca

**Coordenação:** José Paulo Oliveira

**Colaboração:** Inês Carvalho,  
Paula Velasquez e Elvira Nereu

**Paginação e Grafismo:** Mário Rui

**Composição:** Idalina Martins  
e Lina Reis

**Fotografia:** Jorge Caria

**Impressão:** Sogapal

Tiragem média: 4000 ex.  
Depósito Legal: 3062/88

## MEMBROS DA



FENPROF

SINDICATO DOS PROFESSORES DA  
GRANDE LISBOA  
R. Fialho de Almeida, 3 - 1070-128 Lisboa  
Tel.: 213819100 - Fax: 213819199  
Email: sup@spgl.pt  
Home page: www.spgl.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES  
DO NORTE  
Edif. Cristal Park  
R. D. Manuel II, 51-3º - 4050-345 Porto  
Tel.: 226070500 - Fax: 226070595  
Email: geral@spn.pt  
Home page: www.spn.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA REGIÃO CENTRO  
R. Lourenço Almeida de Azevedo, 20  
3000-250 Coimbra  
Tel.: 239851660 - Fax: 239851666  
Email: sprc@mail.telepac.pt  
Home page: www.sprc.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA ZONA SUL  
Av. Condes de Vil'Alva, 257  
7000-868 Évora  
Tel.: 266758270 - Fax: 266758274  
Email: spzs.evora@mail.telepac.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA REGIÃO AÇORES  
R. João Francisco de Sousa, 46  
9500-187 Ponta Delgada - S. Miguel  
Tel.: 296205960 - Fax: 296205960

SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA MADEIRA  
Edifício Elias Garcia, R. Elias Garcia,  
Bloco V-1ªA - 9054-525 Funchal  
Tel.: 291206360 - Fax: 291206369  
Email: spm@netmadeira.com  
Home page: members.netmadeira.com/spm/spm

SINDICATO DOS PROFESSORES  
NO ESTRANGEIRO  
Sede Social: Rua Fialho de Almeida, 3  
1070-128 Lisboa  
Tel.: 213833737 - Fax: 213865096

## SUMÁRIO



8

### Entrevista com o Reitor António Nóvoa, da Universidade de Lisboa

“Aquilo que se propõe no OE/2007 é dramático (geralmente não utilizo estas palavras, mas neste caso não há outro adjectivo)! O Governo decidiu um corte cego para as instituições do Ensino Superior”

### NACIONAL

#### Orçamento de Estado 2007

FENPROF denuncia  
cortes de 16% no Ensino Superior . . . 4

#### Ensino Superior Público

Os despedimentos  
não são inevitáveis! . . . . . 5

#### Bolseiros de investigação

Concentraram-se em S. Bento . . . . . 6

#### Posição da FENPROF e do SNESup

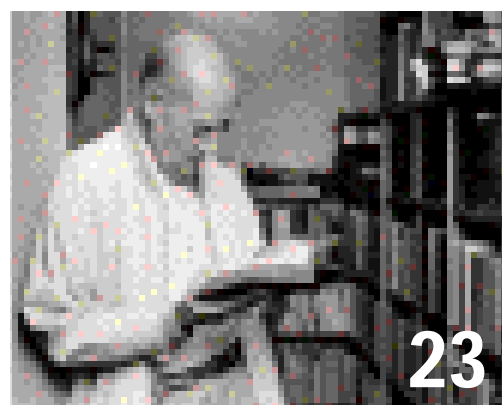
Concurso para bolsas destinadas  
a docentes desempregados . . . . . 7

#### Reunião no MCTES

Promessas de Verão... . . . . . 16

### OCDE

Algumas notas de leitura  
do *Education at a Glance 2006* . . . . . 18



23

### CULTURA

#### Universidade de Évora

Prémio Rómulo de Carvalho  
atribuído a Carlos Fiolhais

### OPINIÃO

#### Licínio Lima

Bolonha à portuguesa? . . . . . 20



João Cunha Serra

## Orçamento do Estado 2007: Governo dá um tiro no pé

**P**or mais importante que seja a "consolidação das contas públicas" é um erro político grave o desinvestimento no ensino superior público que a proposta de Orçamento de Estado para 2007 reflecte. Não foi, para o Governo, suficiente para evitar os cortes nos orçamentos de funcionamento das instituições a informação contida no *Education at a Glance 2006* que mostra que as despesas por aluno do ensino superior ainda se encontram abaixo de 2/3 da média dos países da OCDE. Isto num País que precisa de recuperar do enorme atraso que tem nas qualificações da população activa, bem ilustrado por se encontrar abaixo de metade do número de licenciados, tanto no que se refere às médias da UE como da OCDE.

Por outro lado, tem vindo a Comissão Europeia, na sequência da aprovação, em 2000, da "*Estratégia de Lisboa*" a produzir um conjunto de documentos onde se realça o papel que a UE espera que o ensino superior assumira como elemento estratégico para o aumento da competitividade da economia europeia num mercado cada vez mais globalizado.

Neste contexto, não basta que o Governo aprove acordos com instituições americanas por maior que seja o seu prestígio, cuja relação custo/benefício é considerada por muitos demasiado elevada. É preciso que a actividade de graduação ao nível dos 1º e 2º ciclos seja fortemente apoiada.

A aplicação do novo paradigma de Bolonha que pressupõe o aumento da relevância

social das formações, designadamente uma mais forte ligação entre o saber teórico e o saber prático necessário ao exercício profissional, e uma crescente preocupação com o sucesso escolar e educativo de cada aluno individualmente considerado, não se compadece com cortes cegos na despesa pública como o que o Governo pretende fazer ao nível dos orçamentos de funcionamento de universidades e de politécnicos.

Para o êxito destas tarefas, todas as capacidades instaladas no ensino superior não são de mais. É, em particular, inaceitável que, devido aos cortes orçamentais, sejam despedi-

**Não basta que o Governo aprove acordos com instituições americanas por maior que seja o seu prestígio, cuja relação custo/benefício é considerada por muitos demasiado elevada. É preciso que a actividade de graduação ao nível dos 1º e 2º ciclos seja fortemente apoiada**

dos ou ameaçados de despedimento (ainda sem direito a subsídio de desemprego) muitos jovens, alguns dos quais já doutorados, que constituem a possibilidade de renovação tão necessária nos corpos docentes que de forma progressiva e preocupante vão envelhecendo.

A FENPROF tem vindo a denunciar com vigor esta ofensa ao interesse nacional. Se o ensino superior é mundialmente reconhecido como um sector estratégico para o desenvolvimento cultural, social e económico dos países, como se permite Portugal desvalorizar este sector que muito pode ajudar a ultrapassar a crise que o País atravessa?



Orçamento de Estado 2007

# FENPROF denuncia cortes de 16% no Ensino Superior

O Governo corta, para 2007, nominalmente, 6,2% nos orçamentos de funcionamento das instituições de ensino superior público.

O Executivo liderado pelo Eng<sup>o</sup> Sócrates impõe ainda um pagamento suplementar de 7,5% à Caixa Geral de Aposentações o que, com o ajuste salarial de 1,5% para 2007, eleva o corte orçamental real a 16%, uma vez que os saldos transitados, a serem usados para o pagamento suplementar à CGA, são recursos financeiros das instituições.

Assim, mesmo não contando, nem com o ajuste salarial de 1,5%, nem com o novo pagamento de 7,5% à CGA, 16 instituições receberão menos dinheiro do que o necessário para pagar os salários dos docentes que têm em 2006 (41% das Universidades e Politécnicos).

Com estes cortes, o global do OE 2007 para funcionamento está apenas 3% acima das despesas totais com salários em 2006. Se considerarmos o ajuste salarial de 1,5%, esta diferença passará a ser só 1,5%. Se se entrar com os 7,5% para a CGA, já as despesas com o pes-

soal ultrapassam em 6% o valor dos orçamentos. Longe vai o tempo das intenções de aproximar a estrutura orçamental a 80% para pessoal e 20% para outras despesas!

Algumas instituições ficarão com um orçamento de funcionamento 18% abaixo das despesas com pessoal previstas para 2007, caso do Instituto Politécnico de Tomar. Também serão muito afectados os casos dos Institutos Politécnicos de Bragança, de Portalegre e de Viana do Castelo e das Universidades do Algarve, dos Açores, UTAD, de Évora e de Aveiro.

Esta situação está a pressionar as instituições a despedir pessoal docente e/ou a reduzir direitos salariais e períodos de vigência dos contratos e a aumentar as propinas, agravando a selectividade económica e social neste sector de ensino.

Está também a pôr em risco a qualidade do ensino, a aplicação do processo de Bolonha, a promoção do sucesso



escolar e o aumento da relevância social do ensino superior, designadamente, o seu importante contributo estratégico para a ultrapassagem das dificuldades económicas e sociais do país: qualificação da população activa, investigação, inovação e ligação às necessidades do tecido económico e social.

A FENPROF reclama a imediata alteração desta política de asfixia financeira do ensino superior público, com a consagração no O.E 2007 de dotações para funcionamento e investimento em correspondência com o papel estratégico mundialmente reconhecido ao Ensino Superior. ■

## Consagrar direito ao subsídio de desemprego

Em cartas enviadas às direcções das diferentes bancadas e às Comissões Parlamentares do Orçamento e Finanças, Trabalho e Segurança Social, Educação, Ciência e Cultura e dos Assuntos Constitucionais, Liberdades, Direitos, a FENPROF e o SNESup solicitaram, em Outubro passado, a inclusão na Lei do Orçamento do Estado para 2007 de um artigo que "consagre o direito da generalidade dos funcionários e agentes da Administração Pública ao subsídio de desemprego"

"Dar-se-ia assim, finalmente, cumprimento ao Acórdão n.º 474/2002 do Tribunal Constitucional que reconheceu a existência nesse domínio de inconstitucionalidade por omissão, e resolver-se-ia um problema que tem afectado centenas de docentes do ensino superior e investigadores e que afectará muitos mais a partir de 2007 tendo em conta a elevada precarização dos vínculos contratuais e as reduções nominais do orçamento recentemente conhecidas", observam as organizações sindicais, que recordam ainda:

"Posteriormente à publicação do Acórdão do Tribunal Constitucional,

praticamente todos os grupos parlamentares, em Plenário ou em Comissão, se pronunciaram pela justeza de uma iniciativa nesse sentido, sendo de realçar que o Projecto de Lei n.º 236-IX (PS) chegou a ser aprovado na generalidade pela AR em finais de 2003. Todavia, nunca nenhum dos processos legislativos iniciados teve conclusão."

As soluções propostas pelas duas organizações sindicais para redacção do referido articulado "não são de forma nenhuma inovadoras": os n.ºs 1 e 2, relativos aos trabalhadores inscritos na Caixa Geral de Aposentações mas sem direito a subsídio de desemprego, seriam baseados no documento registado na Presidência do Conselho de Ministros sob o número PL 140/2005, publicitado on line juntamente com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2005; o n.º 3, relativo aos trabalhadores que, tendo transitado posteriormente a 1 de Janeiro de 2006 da CGA para o regime geral de segurança social, enfrentem a eventualidade de desemprego, seria baseado no Dec.-Lei n.º 117/2006, do 20 de Junho.



## Ensino Superior Público

# Os despedimentos não são inevitáveis!

Os cortes orçamentais para o ensino superior em 2007, chegam a atingir os 7,5% em algumas instituições, apesar do aumento global do número de alunos ingressados, provocando ou acentuando a situação de muitos orçamentos não chegarem sequer para pagar ao pessoal.

A proposta de lei do Orçamento de Estado para 2007 pretende ainda obrigar as instituições a entregarem à Caixa Geral de Aposentações 7,5% das remunerações sujeitas a cota para aquela entidade, o que, a concretizar-se, agravará ainda mais as suas dificuldades financeiras.

Como consequência, as instituições estão sobre pressão para adoptarem soluções de recurso destinadas a acomodar os gastos com pessoal aos parcos orçamentos que lhes estão a ser impostos.

Recorrem (ou prevêem recorrer) à não renovação de numerosos contratos, e lançam mão de expedientes "criativos" (mais ou menos ilegais) destinados a reduzir o prazo de duração e/ou os encargos salariais de muitos outros. Há propostas de "renovação" de contratos por 3, 5 ou 11 meses, de passagens a tempo parcial e de compromissos forçados de não solicitação de passagem ao regime de dedicação exclusiva. Há a imposição de cargas lectivas para além do contratado ou do estabelecido nos estatutos de carreira.

Contudo, é importante acentuar que estes despedimentos e estas reduções de direitos não são inevitáveis!

É possível pressionar o Ministério para que sejam atribuídos os reforços orçamentais necessários.

Tal implica que os responsáveis institucionais reclamem do Ministério esses reforços, de modo fundamentado na necessidade de manter a qualidade do ensino e assegurar a continuidade dos contratos dos docentes, sem redução dos respectivos direitos, realçando os esforços que têm desenvolvido para aumentar a relevância social das formações que oferecem.

É, assim, preciso que os Reitores e os Presidentes, cujas Universidades e Institutos Politécnicos se encontrem em ruptura financeira, bem como os respectivos

**Participe nestas batalhas!  
É urgente informar os sindicatos  
sobre os casos de não renovação de  
contratos ou de redução de direitos  
que sejam do seu conhecimento!  
Defenda o seu emprego  
e solidarize-se com os seus  
colegas mais vulneráveis!  
Dê mais força a este objectivo!**

docentes e os sindicatos, desenvolvam acções convergentes com vista à defesa dos postos de trabalho no ensino superior público, pois a capacidade instalada em recursos humanos não é demais para as necessidades do país na formação da população, na investigação e na inovação.

O Ministro Mariano Gago afirmou à FENPROF e ao SNESup, em 31 de Julho, que haveria disponibilidade orçamental para um reforço dos contratos-programa nos casos de instituições que, justificadamente, se encontrassem em

dificuldades para assegurar o pagamento dos salários.

É preciso reclamar do Ministro que demonstre que aquelas afirmações são para valer, que efectivamente deseja promover o emprego científico (a começar pela sua não redução) e que, em consequência, assegure o financiamento necessário para se manterem os actuais postos de trabalho no ensino superior público.

Aos sindicatos cabe o papel de mobilizar os docentes nas escolas (ninguém pode considerar-se ao abrigo de, mais cedo ou mais tarde ver o seu vínculo laboral posto em causa) e de pressionar os responsáveis pelas instituições e o Ministério para que os direitos dos docentes não sejam ofendidos e para que assumam as suas responsabilidades no interesse do país.

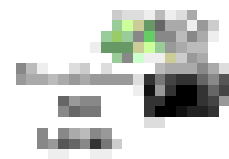
Entretanto, é inaceitável que continue sem ser concretizado o direito ao subsídio de desemprego. Esta luta mantém-se e será reforçada. Este problema tem que ser resolvido, embora nos empenhemos, por outro lado, para que não haja necessidade de o aplicar a colegas nossos. É importante também a imediata concretização do sistema de bolsas para docentes que estiveram vinculados ao ensino superior (público ou privado), acordado com o Ministro em 31 de Julho, após grande pressão sindical.

A FENPROF irá dar continuidade ao trabalho que tem desenvolvido com o SNESup e esforçar-se por estar à altura das exigências da situação actual.

J. C. S.



Quanto desse dinheiro que vem "a mais" para a Ciência vai ser usado para melhorar a situação daqueles que trabalham em Ciência?



# Bolseiros de investigação concentraram-se em S. Bento

**A**o longo dos últimos anos cresceu, e muito, o número daqueles que exercem uma actividade de investigação ou conexas, estejam ou não em formação, com o estatuto de bolsheiro de investigação. Ao mesmo tempo, decresceram em termos relativos, se não mesmo absolutos, as oportunidades de emprego científico. As carreiras técnicas, de investigação e docente estão praticamente bloqueadas e o sector empresarial continua a não absorver em número suficiente trabalhadores científicos qualificados, alerta a ABIC, Associação de Bolseiros de Investigação Científica.

Desta forma, os bolseiros – sejam BICs, BIs, BTIs, de Mestrado, de Doutoramento, Pós-Doutoramento ou de Gestão de C&T – asseguram, com níveis diversos de responsabilidade, não apenas



uma parte fundamental da investigação que hoje se faz no nosso País, mas também uma série de actividades conexas que, no seu conjunto, sustentam o funcionamento do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, lembra a Direcção da ABIC.

Não obstante a sua importância, hoje unanimemente reconhecida, persistem, e nalguns casos agravam-se, os problemas e dificuldades que os bolseiros de inves-

tigação enfrentam: a falta de perspectivas de inserção profissional uma vez terminadas as bolsas; a ausência de protecção social digna, com a manutenção à margem do regime geral de segurança social; uma deficiente assistência na doença e a falta de qualquer assistência na eventualidade de desemprego; a não actualização dos montantes das bolsas – o mesmo é dizer, a diminuição consecutiva do seu valor real ao longo dos últimos quatro anos; incumprimentos vários do Estatuto do Bolseiro de Investigação, nomeadamente nas situações de doença, maternidade e quanto ao pagamento pontual das bolsas; falta de regulamentação de outros pontos do Estatuto, nomeadamente a protecção na doença; um regime de dedicação exclusiva aplicado de forma injusta e pouco racional.

Depois de deixar aquele alerta, a Direcção da ABIC, em nota divulgada em finais de Outubro, sublinhava:

"O investimento que se faz em Ciência mede-se, em boa medida, pelo investimento que é feito naqueles que nela trabalham, pelas condições de vida e de trabalho que se lhes proporcionam. A situação hoje vivida pelos bolseiros de investigação científica é assim, infelizmente, o mais cabal desmentido das sucessivas declarações de aposta na Ciência no nosso país.

"Numa altura em que – em sede de discussão do Orçamento do Estado para 2007 – se anuncia novamente o crescimento sem precedentes do orçamento para a Ciência, cabe perguntar com clareza: Quanto desse dinheiro que vem a mais para a Ciência vai ser usado para melhorar a situação daqueles que trabalham em Ciência? "

**Carta Europeia do Investigador na gaveta**

Impõe-se uma resposta clara e objectiva. Entretanto, comenta a ABIC, as

## Criação de emprego científico

### Uma necessidade imperiosa

A criação de emprego científico de qualidade, com direitos, dignificando o trabalho científico, surge hoje como uma necessidade imperiosa. A falta de investimento nesta área não significa uma poupança para o país, mas pelo contrário um desperdício dos escassos recursos hoje afectos à Ciência. De que vale investirmos na formação avançada de recursos humanos se depois estes se vêem empurrados para fora do país ou obrigados, no seu país, a viver em situações altamente precárias, remunerados através de bolsas sucessivas e sem perspectivas de contratos de trabalho?

Neste contexto, é importante garantir as condições necessárias ao bom desempenho dos trabalhadores científicos, tanto no que diz respeito às condições laborais como aos meios materiais ao seu alcance. O pretexto da contenção das "despesas" não pode justificar, como no passado, a manutenção de injustiças e a desvalorização da força de trabalho qualificada. As situações de precariedade hoje existentes deverão ser corrigidas e não tomadas como referência, para uma harmonização "por baixo" das condições de trabalho em C&T.

Recomendações recentes da União Europeia apontam para a necessidade "de criação das condições necessárias para carreiras de I&D mais sustentáveis e de maior interesse para os investigadores", assinalando que "a sociedade deveria apreciar melhor as responsabilidades e o profissionalismo que os investigadores demonstram na execução do seu trabalho" e que os Estados-Membros devem envidar esforços para garantir que os investigadores (incluindo nas fases de formação) beneficiem de um conjunto de direitos e regalias sociais básicos. É este caminho que todos - investigadores e demais trabalhadores científicos, bolseiros e não-bolseiros - todos, sublinhamos, somos agora chamados a defender. Em nome da construção de um futuro que não podemos mais adiar!

*Direcção da Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC)*

perspectivas já anunciadas não são famosas: a contratação a termo (por um período de 5 anos) de 500 investigadores é notoriamente insuficiente face às actuais necessidades do conjunto das instituições de I&D e aos milhares de doutorados e pós-doutorados em condições de ingressar já hoje numa carreira (para já não falar nos milhares que concluirão o seu doutoramento nos próximos anos). Acresce que não há qualquer garantia de prosseguimento da carreira terminado o período de 5 anos, independentemente do mérito do desempenho do investigador. Por outro lado, ignora-se a necessidade de contratação, não apenas de investigadores, mas também de técnicos e técnicos superiores, absorvendo os milhares de bolseiros BICs, BIs e BTIs que hoje asseguram necessidades desta índole.

Continuam a ignorar-se as recomendações da Comissão Europeia constantes da Carta Europeia do Investigador, que apontam, entre outras coisas, para condições de trabalho justas e atractivas e para a não discriminação dos jovens investigadores em início de carreira - mesmo dos que se encontram em formação (caso dos doutorandos), por exemplo no acesso à segurança social e regimes de protecção social.

"Por tudo isto, entendemos ser este o momento indicado para dar expressão e visibilidade públicas ao descontentamento e insatisfação que percorrem os milhares de bolseiros de investigação. Para dizer, de forma firme e clara, que algum do dinheiro que a Ciência vai receber em 2007 terá de ser usado na melhoria das condições de vida e de trabalho dos que trabalham em ciência", realça a nota da Associação, que deixa um desafio: "é fundamental que comece-mos a demonstrar a força e a união dos bolseiros de investigação científica em torno deste objectivo."

Recorde-se, entretanto, que a ABIC realizou no passado dia 30 de Outubro, uma concentração de bolseiros em Lisboa, em frente à Assembleia da República, onde decorreu a iniciativa "Cientistas nas Lonas", cujo objectivo foi dar a conhecer a contradição existente entre as declarações de aposta e investimento na ciência e a situação hoje vivida pelos bolseiros de investigação. Alguma comunicação social esteve presente e uma parte da opinião pública ficou a par das injustiças que se vivem neste sector. ■



## Posição da FENPROF e do SNESup

# Concurso para bolsas destinadas a docentes desempregados

Foi divulgado (9/11/2006) pela Fundação para a Ciência e Tecnologia o Edital (*ver em [www.fenprof.pt/superior](http://www.fenprof.pt/superior)*) que abre, com carácter permanente, embora com sujeição a várias restrições, um concurso para bolsas de qualificação apenas acessível a docentes do ensino superior desempregados ou que estejam desempregados à data em que se inicie a bolsa.

É a primeira medida que resulta do esforço desenvolvido em conjunto pela FENPROF e pelo SNESup em volta das "Seis medidas para a estabilidade profissional e para a protecção em caso de desemprego" entregues no MCTES em 8 de Junho e reafirmadas em reunião com o Ministro em 31 de Julho.

É certamente uma medida positiva, que irá beneficiar muitos colegas que perderam o seu posto de trabalho, não deixando de ser uma medida incompleta, uma vez que o nosso objectivo principal é garantir que a valorização dos docentes se faça com eles nas Escolas, e não no desemprego. Foi o que defendemos junto do MCTES, ao apresentarmos os "Termos de Referência". Reformularemos a nossa proposta, na parte em que não foi atendida, e voltaremos a colocá-la à consideração do nosso interlocutor, que tem aliás nas suas mãos outras propostas nossas que

aguardam discussão.

Não tendo havido um processo formal de negociação sobre um projecto de texto, estaremos atentos às dúvidas e dificuldades de aplicação que o Edital possa suscitar, e interviremos junto do MCTES e da FCT em caso de necessidade. Aliás iremos propor a nossa participação num grupo de acompanhamento deste programa de bolsas.

Como a presente medida, até pelas suas restrições, não substitui o subsídio de desemprego, direito constitucional, direito de cidadania, iremos convocar dentro de dias a vossa atenção para a proposta que colocámos à Assembleia da República para inclusão na Lei do OE para 2007 e que estamos agora a apresentar em reuniões com os grupos parlamentares.

**A FENPROF    O SNESup**  
**10/11/2006**

Professor António Nóvoa, Reitor da Universidade de Lisboa:

# "Bolonha está a correr mal porque há muita cosmética e pouca mudança efectiva"

Texto: José Paulo Oliveira ■ Fotos: Jorge Caria

"O Governo decidiu um corte cego para as instituições do Ensino Superior: 6,2 por cento a menos, nominalmente, comparando com as verbas do ano passado. É um corte superior ao das instituições de saúde, das autarquias locais e das entidades do emprego e formação profissional. É o maior corte do ponto de vista orçamental, nas grandes despesas do Estado. O Governo tem legitimidade política para o fazer. Mas não tem legitimidade para alimentar na opinião pública a ilusão de que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior foi o único ministério que subiu no Orçamento para 2007. E não tem o direito de fazer estes cortes, superiores ao de qualquer outro sector, e, ao mesmo tempo, continuar a propagandar que a sua primeira prioridade é a ciência, o conhecimento e a qualificação dos portugueses."

**A**s palavras são do Professor António Sampaio da Nóvoa, Reitor da Universidade de Lisboa, numa entrevista exclusiva ao JF/Sup, concedida nas vésperas da abertura do Ano Académico da UL.

Além das questões do financiamento e dos reflexos do Orçamento de Estado para 2007 na vida das instituições de Ensino Superior, dos desafios de Bolonha e da possível integração das escolas politécnicas da capital na UL, António Nóvoa fala-nos da política de rigor na abertura da

Universidade a novos públicos e dos efeitos práticos de uma recente viagem à China onde o reitor participou num grande Fórum internacional que reuniu dez reitores de grandes Universidades do Mundo e os reitores das cem melhores Universidades chinesas.

Naturalmente, a centralidade da investigação científica e a leiatura que o prestigiado reitor faz dos acordos com o MIT e a Carnegie Mellon University não podiam deixar de estar presentes nesta conversa com o JF/Sup.

**JF/Sup – Como é que a Universidade de Lisboa encara o desafio de Bolonha?**

**António Nóvoa –** Bolonha é uma metáfora que significa muitas coisas ao mesmo tempo. Poderíamos falar das questões do financiamento, que, na minha opinião, estão na origem deste processo. Mas deixarei o financiamento (assunto dramático neste dia em que conversamos...) para outro momento. O Processo de Bolonha foi insuficientemente preparado dentro das instituições. No caso da Universidade de Lisboa, assumo também a minha parte de responsabilidade nesta situação. As instituições estiveram, à portuguesa, na expectativa das orientações do Governo, em vez de irem fazendo o seu *trabalho de casa*, avançando numa série de assuntos que eram da sua exclusiva competência. Quando a orientação governamental finalmente chegou, com grande atraso, e alguma ligeireza, as instituições ficaram perante um dilema: *ou se adaptavam a Bolonha (e ir-se-iam adaptar mal porque não havia tempo) ou não se adaptavam a Bolonha (e ficariam marcadas por um certo estigma de imobilismo)*.

**JF/Sup – Pode-se dizer, então, que Bolonha está a correr mal?**

**A. N. –** O Processo de Bolonha está a correr mal, porque há muita cosmética e pouca mudança efectiva. Alterou-se a duração dos cursos e, nalguns casos, a sua designação. Avançou-se para uma descrição dos cursos através dos créditos europeus (ECTS). Mas não se tocou no aspecto central: uma nova organização do trabalho universitário, centrado nos ►







ciatura e, depois de uma experiência profissional, regressar à universidade para frequentar um mestrado? Realizar outro tipo de percurso escolar? É preciso que os estudantes encontrem espaços onde possam debater e construir os seus próprios caminhos.

**JF/Sup – Mas foi criado também um observatório na Universidade...?**

**A. N.** – É verdade, ao lado destas estruturas, já criámos um **observatório** que nos ajudará a conhecer melhor os nossos estudantes, a analisar os fenómenos de insucesso e de abandono escolar, a avaliar as estratégias de inserção dos nossos diplomados no mercado de trabalho. Este observatório, sob a direcção da Doutora Ana Nunes de Almeida, é um instrumento essencial para a Universidade de Lisboa. Claro que estas mudanças exigem que o trabalho universitário passe a estar organizado de outra maneira, mais em torno dos estudos e da aprendizagem dos estudantes do que em torno das aulas e dos planos curriculares. E exigem também uma nova preparação e uma nova atitude dos professores, que devem valorizar a formação cultural e científica de base, a orientação e enquadramento dos estudantes e a proximidade às práticas de investigação, de produção científica e de inovação.

**Integração do Politécnico na UL: êxito se o País e se todas as partes ganharem**

**JF/Sup – Confirma-se que os estabelecimentos de ensino superior politécnico da capital poderão vir a ser integrados na Universidade de Lisboa?**

**A. N.** – É verdade que se desenvolve um debate nesse sentido. É do domínio público. Temos estado a trabalhar como os nossos colegas do Instituto Politécnico de Lisboa a possibilidade de integração das suas escolas na Universidade de Lisboa – o ISEL, a Escola Superior de Educação, a Escola de Tecnologias da Saúde, a Escola de Comunicação Social, o ISCAL e as três Escolas de Artes (Teatro e Cinema, Música e Dança). Há também perspectivas de integração na UL das quatro escolas superiores públicas de Enfermagem, actualmente em processo de fusão. Mas é um longo caminho, que exige muito trabalho e que só terá sucesso se, em conjunto, formos capazes de construir soluções que

estudos, na aprendizagem e na proximidade às práticas de investigação (laboratórios, bibliotecas, recursos on-line, etc.). Quero insistir neste ponto: há uma responsabilidade das instituições, mas há também uma grande responsabilidade do Governo pelo modo como lançou este processo, induzindo alterações superficiais, devido à falta de tempo e à ausência das condições e dispositivos necessários para uma mudança em profundidade.

**JF/Sup – Neste cenário, o que é que é preciso fazer?**

**A. N.** – Na Universidade de Lisboa estamos a actuar, neste momento, em duas direcções principais. A primeira é uma reorganização dos cursos, rompendo com uma excessiva especialização (sobretudo no 1º ciclo) e procurando assegurar uma formação de base, científica e cultural, em grandes áreas do conhecimento (e, nalguns casos, em novas áreas interdisciplinares). Estamos a pensar a nossa oferta de formação não apenas dentro da geometria tradicional das faculdades, mas sugerindo formas de articulação e de coordenação transversal. Não quero ser demasiado optimista, mas julgo que começamos a ver alguns frutos.

**JF/Sup – Pode dar-nos um exemplo?**

**A. N.** – Dou-lhe como exemplo a criação de uma nova licenciatura em **Ciências da Saúde**, transversal à Universidade de Lisboa, com contributos de cinco Faculdades (Medicina, Ciências, Farmácia, Medicina Dentária e Psicologia). Estamos perante um exemplo con-

creto – podia dar-lhe outros – de um trabalho de reorganização da oferta de formação, que está a ser realizado com prudência, mas com uma visão de futuro.

**Aconselhamento e apoio aos estudantes no centro do trabalho pedagógico**

**JF/Sup – O outro “instrumento de mudança”...**

**A. N.** – A outra linha de trabalho, ainda a dar os primeiros passos, prende-se com a orientação dos estudos e novos modos de organização do trabalho universitário. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que o aconselhamento dos estudantes, a *tutoria*, o seu enquadramento, têm hoje uma centralidade que não tinham no passado. Quando olhamos para as práticas de prestigiadas universidades internacionais (por exemplo, Harvard ou Oxford), vemos a importância que este assunto adquire. A diversidade de percursos, a mobilidade e a ligação entre os diferentes ciclos de estudos exigem uma atenção muito grande ao enquadramento e à orientação dos estudantes, sobretudo nos primeiros anos. Não podemos continuar a olhar com indiferença para as percentagens assustadoras de estudantes que têm insucesso ou que abandonam os estudos logo nos primeiros anos. Estamos a consolidar estruturas que possam assumir-se com lugares de orientação dos estudos, que ajudem os alunos a enquadrar-se nas lógicas de Bolonha. Seguir um percurso de dois ciclos (licenciatura e mestrado)? Fazer uma licen-



sejam boas para as diversas instituições e que sejam úteis para o país.

### **JF/Sup – Estamos perante uma nova etapa na reorganização do Ensino Superior...**

**A. N. –** Há muito tempo que se fala da necessidade de reorganização da rede do Ensino Superior em Portugal. O diagnóstico está feito. É repetido ano após ano por grupos, comissões e peritos. Fala-se muito, mas faz-se muito pouco... Num país fechado em fronteiras institucionais muito rígidas, as dificuldades são imensas. É necessário muita determinação e uma grande capacidade de diálogo. A confiança mútua é essencial para o êxito deste caminho. Mas é evidente que precisamos, em Portugal, de instituições com mais “massa crítica” e com uma maior dimensão que lhes permita competir no espaço europeu do ensino superior. Estas propostas apontam para um enriquecimento mútuo das instituições, no respeito pelas suas histórias e identidades, e no quadro de uma diversidade de formações – umas mais de natureza universitária, outras mais de natureza politécnica. Não está em causa acabar com essa diversidade. O que queremos é que ela se organize no contexto de uma instituição mais forte, com maior capacidade de intervenção na sociedade.

### **JF/Sup – É caso para dizer: toda a gente ficaria a ganhar...**

**A. N. –** Um projecto destes, que é muito ambicioso – é uma *pedrada no charco* na mediocridade e na pacatez em que muitas vezes se vive no Ensino Superior em Portugal – só terá êxito se toda a gente ganhar: se ganhar a Universidade de Lisboa, alargando o seu âmbito de acção; se ganharem as escolas politécnicas, inserindo-se num espaço institucional mais amplo e em redes científicas mais fortes; e, naturalmente, se ganhar o País, ou seja, se as soluções que viermos a encontrar forem positivas e úteis para a reorganização da rede do Ensino Superior. Acreditamos que estamos a dar um sinal muito importante aos responsáveis políticos, aos universitários e à sociedade portuguesa no seu conjunto. Vivemos este processo com grande responsabilidade e determinação, mas não desconhecemos as dificuldades para o levar a bom termo.



"Há uma responsabilidade das instituições, mas há também uma grande responsabilidade do Governo pelo modo como lançou este processo (Bolonha), induzindo alterações superficiais, devido à falta de tempo e à ausência das condições e dispositivos necessários para uma mudança em profundidade."

**“Aquilo que se propõe no OE/2007 é dramático (geralmente não utilizo estas palavras, mas neste caso não há outro adjectivo)! O Governo decidiu um corte cego para as instituições do Ensino Superior.”**

### **JF/Sup – O senhor Reitor tem algum feedback das reacções e da forma como as instituições do Politécnico encaram este desafio?**

**A. N. –** Julgo que há muitas preocupações, muitas dúvidas, mas uma consciência clara da importância deste desafio. Ao longo dos últimos dois anos – recorde-se que este processo foi iniciado no anterior mandato reitoral – tivemos dezenas de reuniões, tanto com a presidência do Politécnico como com os órgãos de governo das escolas e com os estudantes. Estamos a construir soluções. Veremos se há energia e vontade suficiente para as concretizar...

### **Novos públicos: um processo de rigor**

**JF/Sup – Como é que a UL encara o desafio dos novos públicos e da selecção de candidatos com mais de 23 anos?**

**A. N. –** A questão dos novos públicos é fundamental. Colocou-se em muitos países, por exemplo no Canadá, há cerca de 30 anos atrás; e, na Europa, há cerca de 15 ou 20 anos. É um assunto que conheço bem. É muito interessante para mim estar hoje, como Reitor, a trabalhar matérias que foram temas centrais da minha própria formação universitária e da minha actividade como investigador há 20 anos atrás. Quando o Governo criou a possibilidade de os maiores de 23 anos se candidatarem directamente à Universidade, organizámos um sistema inovador para a realização das provas de acesso. Estamos orgulhosos de um processo que decorreu, a vários títulos, de uma forma exemplar. Sabemos que não se passou assim em todas as instituições e que é preciso haver muito cuidado e rigor. Preocupa-nos esta situação, uma vez que a abertura da Universidade a novos públicos exige processos de grande credibilidade, interna e externa.

### **JF/Sup – Como é que decorreu este processo na Universidade de Lisboa?**

**A. N. –** Na Universidade de Lisboa, houve grande seriedade e transparência. Toda a documentação está no nosso *sítio* na Internet, à disposição dos interessados: as provas, o modo como foram realizadas e avaliadas, os critérios de selecção, etc. Mas, para além deste primeiro momento – a selecção dos estudantes – há outros dois ainda mais importantes. Por um lado, o acolhimento destes adul- ▶

tos e o reconhecimento da sua experiência profissional anterior, pois não se pode tratar uma pessoa de 35 anos que entra para a Universidade da mesma maneira que se trata um jovem de 18 anos que acabou de concluir o ensino secundário. É preciso criar estruturas de acolhimento destes públicos e de reconhecimento da sua experiência profissional – a famosa creditação ou validação dos adquiridos (tema de grande debate no Canadá no início dos anos 80). Por outro lado, estes adultos devem seguir percursos universitários e ter condições de frequência dos cursos que facilitem uma articulação com a sua vida profissional (horários nocturnos, *e-learning*, dispositivos de avaliação, etc.). O acesso, a creditação da experiência e a criação de condições adequadas são três momentos que devem ser definidos com rigor e permanente acompanhamento e avaliação. Caso contrário, perderemos mais uma oportunidade de contribuir utilmente para a qualificação dos portugueses e, ao mesmo tempo, para a renovação das instituições. É um desafio que não pode ser perdido.

### **JF/Sup – Atingiram-se as expectativas?**

**A. N.** – Tivemos muitos candidatos. Mas, globalmente, os números não são muito significativos. E é bom que assim seja... O pior que se pode fazer num processo deste tipo é utilizá-lo para “compensar” a falta de estudantes oriundos do ensino secundário. É um erro.

Por isso, fixámos desde o princípio quotas razoavelmente baixas, considerando que é necessário um tempo de experimentação e de adaptação das instituições. Um processo mal conduzido levaria ao descrédito de uma iniciativa da maior importância para o país e para a Universidade.

### **Instituto Confucius na Universidade de Lisboa**

### **JF/Sup – Que balanço nos pode fazer da sua recente viagem à China?**

**A. N.** – Foi uma viagem muito surpreendente. Conheço bem as universidades europeias, norte-americanas e sul-americanas, mas nunca tinha visitado as universidades chinesas. É uma realidade impressionante, tal o investimento que a China está a fazer no Ensino Superior. Impressionante do ponto de vista das

infra-estruturas e equipamentos, dos esforços de qualificação do pessoal docente, de tentativa de aproximação às universidades de referência no mundo. Refiro apenas dois aspectos. Primeiro, a grande preocupação com o serviço à sociedade, tema do Fórum para o qual fui convidado. Objectivo: desenvolver nas universidades lógicas de inovação, de transferência tecnológica, de apoio ao desenvolvimento. A relevância social e a aplicabilidade dos conhecimentos são um tema constante. Neste Fórum, em que participaram dez reitores de grandes Universidades do Mundo e os reitores das cem melhores Universidades chinesas, quase todas as perguntas iam nessa

**“A diversidade de percursos, a mobilidade e a ligação entre os diferentes ciclos de estudos exigem uma atenção muito grande ao enquadramento e à orientação dos estudantes, sobretudo nos primeiros anos. Não podemos continuar a olhar com indiferença para as percentagens assustadoras de estudantes que têm insucesso ou que abandonam os estudos logo nos primeiros anos.”**

direcção. A segunda dimensão aponta para uma palavra de ordem assumida com grande determinação: *“queremos ser os melhores, queremos ter as melhores instituições, queremos ser instituições de referência, não só no plano interno da China mas num quadro de competitividade global, queremos ter os melhores e mais talentosos estudantes, queremos ter um corpo docente altamente qualificado”*. Há uma grande ambição e há as condições e os recursos para a tornar realidade num futuro próximo.

**JF/Sup – É impossível não pensar, entretanto, na realidade portuguesa...**

**A. N.** – Este discurso existe também na sociedade portuguesa. E ainda bem. A diferença reside no facto de os chineses considerarem que nada será obtido sem um reforço e uma consolidação das instituições universitárias, enquanto que, em Portugal, parece apostar-se numa “erosão” das Universidades como forma de abrir espaço para a emergência de outras instituições. Quais?! Quem ocupa lugares de poder tem o dever de criar os instrumentos para a reforma e para a mudança das instituições, não se limitando a dissertar leviandade sobre a “irreformabilidade das universidades”. Neste caso, a leviandade é sinónimo de demissão e de resignação. A China está a dar uma grande lição no plano da renovação do tecido universitário a partir de uma renovação e de um reforço das suas instituições.

### **JF/Sup – Pode apontar-nos alguns aspectos positivos dessa viagem à China para a dinâmica da Universidade de Lisboa?**

**A. N.** – Celebrámos convénios com algumas das melhores universidades chinesas, que já estão a dar frutos importantes. E assinámos com o Governo chinês um protocolo para a criação na UL do Instituto Confucius, que será uma *placa giratória* de futuras colaborações, ao nível universitário, empresarial, cultural, científico e comercial. Este Instituto Confucius, que abrirá até ao final do ano, tem objectivos semelhantes ao Instituto Britânico ou ao Instituto Franco-Português. Mas o Governo chinês segue a política de instalar estes Institutos dentro de uma Universidade, o que confirma o que lhe disse anteriormente. É uma aposta clara no papel das Universidades como lugares de serviço à sociedade.

### **JF/Sup – A presença do Reitor da Universidade de Lisboa neste fórum de uma semana na China foi também uma afirmação do prestígio internacional da UL...**

**A. N.** – Foi um convite que muito nos honrou. Estivemos reunidos com reitores de algumas das melhores universidades do Mundo. Mas não entrarei no provincialismo habitual. Nós sabemos onde estamos. Sabemos o que valemos. Sabemos quais são as nossas forças e as nossas fragilidades. A nossa competição não é com as outras universidades portuguesas, mas antes no plano europeu e



mundial. Gostaríamos que a nossa acção contribuísse para promover a qualidade e o prestígio do ensino superior e da ciência no conjunto do país.

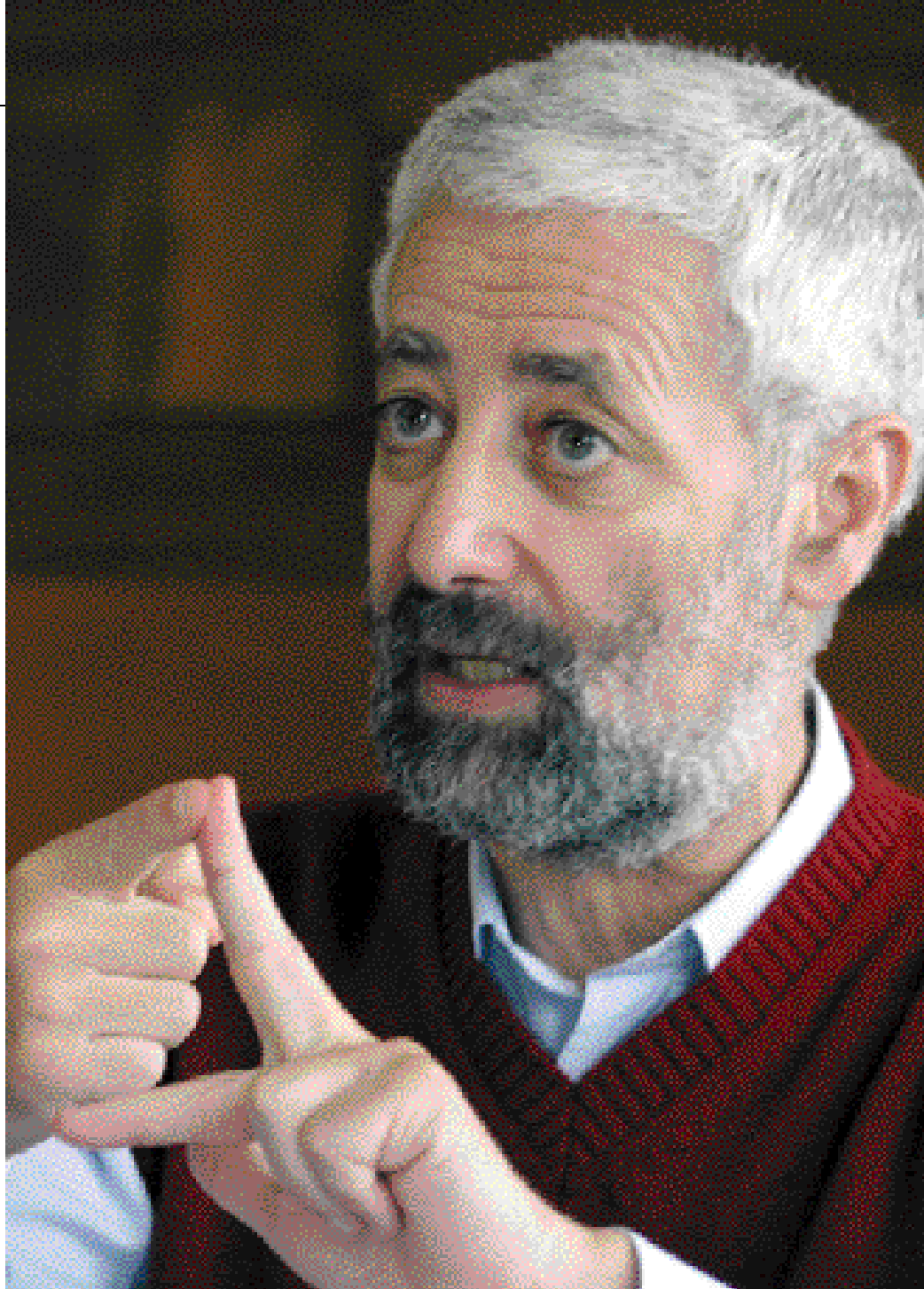
#### Orçamento 2007: corte cego nas Universidades

**JF/Sup – O Orçamento de Estado para 2007 apresenta cortes preocupantes no financiamento das universidades. Como é que o senhor Reitor encara esta situação?**

**A. N. –** De acordo com todos os indicadores publicados pela OCDE, Portugal é um dos países que tem níveis mais baixos de investimento no Ensino Superior. A despesa por estudante em Portugal é mais baixa do que em qualquer outro país europeu. Dou-lhe mesmo um dado curioso e estranho: em Portugal, contrariamente ao resto do mundo, um estudante do ensino superior é mais “barato” do que um aluno do ensino secundário ou mesmo do que um aluno de um curso de formação profissional?! O comissário europeu da Educação, Ján Figel, tem alertado para o *subfinanciamento crónico das universidades europeias*. No caso português a situação é bem pior ainda e aquilo que se propõe no OE para 2007 é **dramático** (geralmente não utilizo estas palavras, mas neste caso não há outro adjectivo)! O Governo decidiu um corte cego para as instituições do Ensino Superior: 6,2 por cento a menos, nominalmente, comparando com as verbas do ano passado. É um corte superior ao das instituições de saúde, das autarquias locais e das entidades do emprego e formação profissional. É o maior corte do ponto de vista orçamental, nas grandes despesas do Estado.

**JF/Sup – O Executivo tem maioria em S. Bento...**

**A. N. –** O Governo tem legitimidade política para o fazer. Mas não tem legitimidade para alimentar na opinião pública a ilusão de que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior foi o único ministério que subiu no Orçamento para 2007. E não tem o direito de fazer estes cortes, superiores ao de qualquer outro sector, e, ao mesmo tempo, continuar a propagandear que a sua primeira prioridade é a ciência, o conhecimento e a qualificação dos portugueses. ▶



"Temos estado a trabalhar como os nossos colegas do Instituto Politécnico de Lisboa a possibilidade de integração das suas escolas na Universidade de Lisboa – o ISEL, a Escola Superior de Educação, a Escola de Tecnologias da Saúde, a Escola de Comunicação Social, o ISCAL e as três Escolas de Artes (Teatro e Cinema, Música e Dança). Há também perspectivas de integração na UL das quatro escolas superiores públicas de Enfermagem, actualmente em processo de fusão. Mas é um longo caminho, que exige muito trabalho e que só terá sucesso se, em conjunto, formos capazes de construir soluções que sejam boas para as diversas instituições e que sejam úteis para o País."

**JF/Sup – No extremo, que consequências poderá ter esta política de cortes orçamentais na vida futura das instituições de Ensino Superior?**

**A. N. –** Deixe-me acrescentar que, inopinadamente, sem qualquer aviso prévio, se introduziu na lei orçamental uma alínea obrigando as universidades a descontarem 7,5% para a Caixa Geral de Aposentações. Tendo em conta que, infelizmente, o orçamento das universidades é constituído, na sua quase totalidade, por encargos com salários, é possível somar estas parcelas e falar de uma redução, de um ano para o outro, de cerca de 14% (6,2% + 7,5%). É tão irrealista e insustentável que custa a crer que alguém o possa propor. As universidades tornar-se-iam ingovernáveis e ficariam condenadas à paralisia ou ao encerramento. Estes cortes são cegos, pois o Governo não promoveu qualquer medida de fundo, do ponto de vista legal, que desse às universidades os instrumentos necessários à sua reforma. Estou a falar, por exemplo, de um novo Estatuto da Carreira Docente Universitária, de uma nova lei do financiamento ou de medidas de reorganização e de racionalização da rede do ensino superior. Parece que este Governo não quer fazer as coisas difíceis, as reformas de fundo, limitando-se apenas a cortar de forma cega.

**JF/Sup – Até onde podem chegar as consequências desta política?**

**A. N. –** Esta política empurra as instituições para as políticas mais medíocres: sem os instrumentos legais para as reformas de fundo, são obrigadas a cortar no que podem, desde as despesas de funcionamento (degradação dos edifícios, diminuição de horários de abertura de laboratórios e bibliotecas, etc.) até à denúncia dos contratos mais precários, mas que são muitas vezes os mais importantes para a renovação das instituições (jovens cientistas, docentes em princípio de carreira, profissionais com estatuto de convidados, etc.). Estamos perante uma política profundamente errada, que vai contra tudo o que são as perspectivas de renovação, de promoção do mérito, de melhoria da qualidade das instituições. Podemos estar a comprometer, seriamente, o futuro das universidades. Será este o objectivo?

**JF/Sup – Geralmente, os Governos**

**associam os cortes orçamentais à diminuição do número de alunos...**

**A. N. –** Em anos anteriores, os cortes orçamentais foram sempre justificados com a diminuição do número de estudantes. Desta vez, o Governo não pode utilizar esse argumento, pois o número de estudantes aumentou. É claro que se o País não tem dinheiro, temos de assumir com coragem a necessidade de reduzir despesas. Mas isso faz-se com políticas sérias, que permitam às universidades ter estratégias de reforma e de reorganização. Não se faz com cortes cegos, sem dar às instituições os instrumentos necessários para a sua renovação. Colocar as instituições perante orçamentos irrealistas, sem autoridade e sem instrumentos legais para uma gestão eficiente, é a pior demagogia que se pode fazer do ponto de vista político. Não é com comportamentos *velhos* deste estilo que se pode criar o “Portugal futuro”.

#### A centralidade da investigação científica

**JF/Sup – Para além do que o senhor Reitor já pormenorizou, pode-nos avançar mais um apontamento sobre as perspectivas do mandato da sua equipa?**

“A questão dos novos públicos é fundamental. Colocou-se em muitos países, por exemplo no Canadá, há cerca de 30 anos atrás; e, na Europa, há cerca de 15 ou 20 anos. É um assunto que conheço bem. É muito interessante para mim estar hoje, como Reitor, a trabalhar matérias que foram temas centrais da minha própria formação universitária e da minha actividade como investigador há 20 anos atrás. Quando o Governo criou a possibilidade de os maiores de 23 anos se candidatarem directamente à Universidade, organizámos um sistema inovador para a realização das provas de acesso. Estamos orgulhosos de um processo que decorreu, a vários títulos, de uma forma exemplar. Sabemos que não se passou assim em todas as instituições e que é preciso haver muito cuidado e rigor. Preocupa-nos esta situação, uma vez que a abertura da Universidade a novos públicos exige processos de grande credibilidade, interna e externa.”

**A. N. –** Não vale a pena estar numa Universidade para ter ambições pequenas. São grandes as nossas ambições. Quero que a Universidade de Lisboa acompanhe os novos desafios da contemporaneidade, da ciência e do conhecimento. Estou aqui como reitor enquanto sentir que de algum modo posso contribuir, em trabalho de equipa, com os meus colegas, para cumprir este desígnio. Posso acrescentar dois elementos sobre a nossa ambição. O primeiro – e mais importante – prende-se com a investigação. Há hoje uma centralidade da investigação científica que é extremamente importante para a Universidade e que está a ser posta em causa por certos aspectos da política do Governo. Não é desejável fazer acordos à margem das instituições. A investigação deve estar no centro do trabalho universitário, numa perspectiva de produção científica, de desenvolvimento e transferência tecnológica, colocando a universidade ao serviço do País e da inovação. Os acordos com o MIT, a Carnegie Mellon University e outras universidades norte-americanas são muito importantes. Mas eles devem servir para reforçar as instituições universitárias portuguesas, ajudando-as num processo de renovação segundo padrões internacionais. Ora,





“Os acordos com o MIT, a Carnegie Mellon University e outras universidades norte-americanas são muito importantes. Mas eles devem servir para reforçar as instituições universitárias portuguesas, ajudando-as num processo de renovação segundo padrões internacionais. Ora, contrariamente ao que se pensa, os órgãos de governo das universidades foram claramente marginalizados neste processo, tendo havido a opção de contactar directamente grupos e investigadores escolhidos directamente pelo Ministério. São estratégias que contribuem para o desgaste das instituições e não para a sua renovação.”

contrariamente ao que se pensa, os órgãos de governo das universidades foram claramente marginalizados neste processo, tendo havido a opção de contactar directamente grupos e investigadores escolhidos directamente pelo Ministério. São estratégias que contribuem para o desgaste das instituições e não para a sua renovação. No seu simbolismo, as cerimónias de assinatura dos protocolos foram cuidadosamente preparadas. Elas ilustram esta marginalização. Falou o Ministro da Ciência, falou o Secretário de Estado, numa das cerimónias falou o Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia, falaram os representantes das Universidades norte-americanas, encerrou o Primeiro-ministro. Onde esteve a voz das Universidades portuguesas?

### **Não há abertura à sociedade se não houver prestação de contas**

#### **JF/Sup – O senhor Reitor ia ainda falar de um outro aspecto relevante do mandato?**

**A. N.** – Um segundo aspecto, também de grande alcance nas nossas preocupações, é a abertura da Universidade ao exterior. A Universidade tem de prestar contas à sociedade. Neste sentido, tomámos uma decisão da maior importância: a constituição de um Conselho Consultivo, com personalidades de grande prestígio nacional e internacional, personalidades de referência da vida política, económica, cultural, científica e social. Este Conselho vai assumir um papel de orientação estratégica da Universidade e,

ao mesmo tempo, contribuir para uma avaliação do nosso trabalho. Não há abertura à sociedade se não houver prestação de contas. Não há abertura à sociedade se o próprio Reitor, além de ter de prestar contas internamente, não as apresentar externamente e a órgãos como o referido Conselho Consultivo. Pelo nome da personalidade que aceitou presidir a este Conselho, Dr. Jorge Sampaio, é fácil perceber a importância que ele vai desempenhar na vida da Universidade de Lisboa. É uma experiência que pode vir a ser, nos próximos anos, um elemento fundamental para a mudança do governo das universidades, um tema de que tanto se fala, mas que não tem dado origem a iniciativas concretas. Queremos ser pioneiros, também neste domínio. ■

## Reunião no MCTES

## Promessas de Verão...

**A** FENPROF e o SNESup reuniram no passado dia 31 de Julho com o Ministro Mariano Gago, tendo alertado para muitas situações de desemprego no ensino superior público (entretanto agravadas), permitidas pelo elevado grau de precariedade profissional que afecta um grande número de docentes, ainda sem direito ao subsídio de desemprego, e tendo reclamando do ministro medidas concretas e urgentes que possam estancar a vaga de despedimentos que se teme esteja em preparação por várias instituições para o início do próximo ano lectivo, já em Setembro.

O Ministro reconheceu que não era aceitável que docentes com bastantes anos de serviço, com experiência lectiva e tendo realizado numerosos estudos, fossem despedidos devido às exigências da reestruturação do ensino superior.

O Prof. Mariano Gago informou que, neste sentido, estava a preparar um "programa para a qualificação dos docentes do ensino superior" visando não desperdiçar os recursos humanos existentes nas instituições. Este programa seria aplicado no início do ano lectivo após contactos com as instituições e negociações com as organizações sindicais, cujos destinatários poderiam ser não apenas docentes cujos contratos não tenham sido renovados, como outros docentes com contrato precário em vigor.

Por outro lado, o Ministro mostrou-se disponível para estudar as situações que lhe fossem apresentadas relativas a instituições que atravessassem maiores difi-



Representantes da FENPROF e do SNESup reuniram com o Ministro Mariano Gago em 31 de Julho

culdades, tendo afirmado que nos casos em que tal se justificasse aquelas seriam apoiadas pelo MCTES durante um período de transição.

A FENPROF e o SNESup consideraram como positivas as medidas anunciadas e obtiveram a anuência de Mariano Gago para a realização de reuniões no Ministério de natureza técnica e política com vista à procura de soluções para outros problemas que afectam a situação profissional dos docentes e dos investigadores.

Igualmente foi considerada positiva a solicitação feita pelo Ministro à FENPROF e ao SNESup para que lhe passem

a ser veiculadas, atempadamente, informações sobre as situações anómalas de que tenham conhecimento por forma a poder tê-las em linha de consideração na sua intervenção.

Contudo, as duas organizações sindicais afirmaram ao Ministro que as medidas anunciadas não eram substitutivas do subsídio de desemprego pelo que iriam prosseguir a sua batalha pelo reconhecimento daquele direito, uma vez que até ao momento, nem o Governo, nem a Assembleia da República legislaram no sentido do exigido por um acórdão do Tribunal Constitucional de 2002. ■

## Manifestação de 25 de Novembro

## Ensino Superior e Investigação Por condições de funcionamento dignas

Não aos cortes orçamentais • Não à precarização • Não ao desemprego de docentes e investigadores



## Reportagem no próximo número



CGTP-IN:

# Orçamento de Estado não serve o País

O Orçamento de Estado para 2007 revela a incapacidade do Governo para definir e concretizar uma estratégia de desenvolvimento. Com efeito, é necessário definir prioridades, tendo em conta a difícil situação que o País atravessa, para depois atribuir recursos financeiros necessários para alcançar os objectivos previstos, sublinha a CGTP-IN numa apreciação ao OE que só a bancada PS aprovou em São Bento.

A *Inter* tem desde há muito apresentado propostas concretas para uma política de desenvolvimento. Assegurar um crescimento económico significativo, não inferior a 3%, é essencial, designadamente para assegurar níveis elevados de emprego, mesmo que não seja só por si suficiente para assegurar o desenvolvimento económico e social do País.



Porém, a economia apresentou crescimentos muito fracos nos últimos 6 anos, que nos fizeram divergir da média europeia. A proposta de OE acentua esta divergência.

No entender da Central, o OE deveria responder com medidas de mobilização de recursos e de vontades que suportem políticas de investimento capazes de produzir as mudanças necessárias no país.

Dar prioridade ao tecido produtivo,

ao emprego e salários, dinamizar a contratação colectiva e valorizar os direitos dos trabalhadores e concretizar políticas sociais avançadas que reduzam as desigualdades sociais devem constituir as bases para um crescimento sustentado e para a elevação da produtividade. O OE apresentado não se suporta num enquadramento destes objectivos.

A defesa dos postos de trabalho travando os encerramentos de empresas e as deslocalizações, a modernização das estruturas produtivas com aproveitamento dos recursos e valorizações das produções nacionais, a valorização das políticas industriais, o reforço do investimento público e privado e o fim de uma política de privatizações quer no âmbito empresarial quer na Administração Pública, são políticas indispensáveis, mas o OE não as perspectiva nem incentiva.

4ª Conferência de Organização Sindical promovida pela CGTP-IN

## Responder com dinamismo e inovação aos desafios que estão aí



Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP-IN

**H**á que inovar continuamente as práticas de acção com vista a assegurar com eficácia o contacto regular com os trabalhadores nos locais de trabalho, a identificação e resposta aos seus problemas, a assunção dos seus anseios e expectativas sócio-profissionais e o apontar dos caminhos para a sua realização.

Esta tónica de inovação e de reforço da intervenção sindical está bem patente no projecto de documento-base da 4ª Conferência de Organização Sindical que a CGTP-IN vai realizar no início do próximo ano de 2007.

A organização e a acção sindical de base; os quadros sindicais; e a reestruturação sindical e o reforço da Central são os três eixos temáticos da Conferência.

Tendo com lema “Dar mais força aos Sindicatos!”, a iniciativa, que se insere

nas actividades preparatórias do XI Congresso da *Inter*, poderá incentivar o debate em torno das necessárias estratégias sindicais para responder à “complexidade da situação social e laboral”, motivada por fenómenos como a desregulação, as arbitrariedades, as flexibilidades, as precariedades e a desumanização e desvalorização do trabalho.

Para a Central é necessária uma “maior intervenção no terreno, mais estudo, formação e domínio dos problemas, com mais profundo conhecimento das expectativas e das atitudes dos trabalhadores”, para além da “adopção de práticas inovadoras e o consequente combate a rotinas e estilos de trabalho inadequados para promover uma mais ampla participação dos trabalhadores na vida e na actividade sindical”.

JPO

# Algumas notas de leitura do Education at a Glance 2006

O estudo, organizado pela OCDE, foi apresentado publicamente no passado dia 12 de Setembro. A Internacional de Educação preparou um documento com a sua apreciação crítica ao estudo ([www.ei-ie.org/en/news/show.php?id=256](http://www.ei-ie.org/en/news/show.php?id=256)) a fim de ajudar as organizações integrantes a tomar posição pública.

Com este trabalho pretendemos apenas chamar a atenção para os dados referentes a Portugal, especialmente ao Ensino Superior, e a sua posição relativa entre os estados membros. Procura-se também clarificar os indicadores apresentados.

O estudo está organizado em quatro grandes áreas:

A. Os resultados do sistema de ensino e o impacto da educação;

B. Os recursos humanos e financeiros investidos no ensino;

C. O acesso ao ensino e à formação ao longo da vida;

D. O ensino e a organização das escolas;

sobre cada uma das quais, excepto a última (por não reportar qualquer dado sobre o Ensino Superior) passamos a apresentar os aspectos mais relevantes.

## Os resultados do sistema de ensino e o impacto da educação

### A1. Distribuição da população, entre os 25 e os 64 anos, segundo o mais elevado nível escolar obtido.

61% da população adulta portuguesa, na faixa entre os 25 e os 64 anos, não dispõem de mais do que o ensino primário, aos quais acrescem 14% que apenas completaram o ensino básico. Estes dados colocam Portugal no penúltimo lugar dos 30 países da OCDE, quer se atente à percentagem só com o ensino primário onde a Turquia ocupa o último lugar com 64%, quer se atente ao conjunto que integra primário+básico cujo último lugar é ocupado pelo México com 77%, embora este valor inclua o

secundário. Os 75% de portugueses que completaram no máximo o ensino básico representam mais do dobro da média da OCDE (30%) e da média da UE19 (29%).

A percentagem do mesmo grupo que, em Portugal, completou o ensino secundário situa-se nos 12% (o valor mais baixo da OCDE e parceiros), enquanto a média da OCDE se situa nos 42% e a da UE19 nos 45%.

Em Portugal, apenas 12% da faixa etária 25-64 completou o 1º ciclo do ensino superior (bacharelato ou licenciatura), e 1% possui mestrado ou doutoramento enquanto a média da OCDE para habilitados com formação de nível superior ascende a 25% (cerca do dobro da portuguesa) e na UE19 atinge os 23%. Apenas a Itália e a Turquia apresentam percentagens inferiores à portuguesa, no entanto dispõem de maiores percentagens de habilitados com o ensino secundário.

Em conclusão, Portugal apresenta baixíssimos níveis de escolarização entre uma parte significativa da população activa, onde mais de metade apenas concluiu o ensino primário e três quartos não possui mais do que o ensino básico. O ensino pós secundário não superior constitui um segmento também reduzido enquanto a percentagem de habilitados com o ensino secundário é mais de três vezes inferior à média da OCDE.

### A2. Distribuição da população, entre os 25 e os 64 anos, com um grau de ensino superior.

Embora as coortes geracionais dos 25-34 e dos 55-64 apresentem uma diferença de 12 pontos percentuais no número de habilitados com um diploma de ensino superior, esse incremento não é suficiente para reduzir a distância que separa Portugal das médias da OCDE e da UE, uma vez que as taxas de crescimento são idênticas (13 e 12% respectivamente).

Portugal, com 13% de diplomados na população entre os 25 e os 64 anos, integra o grupo dos 5 países com taxas mais baixas de diplomados pelo ensino supe-

rior, a par da Turquia (9%), Itália (11%), República Checa e Eslováquia (12%).

Refira-se ainda que, segundo os dados deste quadro, na coorte dos 25-34 anos a percentagem de diplomados é de 19% o que traduz um aumento de 6% relativamente à faixa etária anterior. Este crescimento parece estar a ser exponencial uma vez que os dados apresentados no quadro A3.1. apontam no sentido de, na geração dos 22 aos 26 anos, se atingir uma taxa de conclusão do Ensino Superior de 40%, o que nos parece manifestamente exagerado, conforme tivemos oportunidade de expressar directamente aos serviços da OCDE. Argumentámos, então, com a taxa de acesso ao ensino superior, que não ultrapassa os 28% do grupo etário, e com as elevadas taxas de insucesso e abandono escolar que o ME e o MCTES divulgam.

### A3. Taxa de conclusão do secundário.

Os dados aqui apresentados permitem concluir que apenas 53% dos jovens portugueses em idade escolar completam o ensino secundário, enquanto a média da OCDE ascende aos 81% e a média UE19 atinge os 83%. Daqueles 53%, a maior parte (40%) são oriundos dos cursos de formação geral e apenas cerca de 14% completam cursos profissionais, taxa que na UE19 se situa nos 50%. Verifica-se ainda que 62% dos jovens que completam o ensino secundário são do sexo feminino.

### A4. Taxa de sobrevivência no Superior.

Este indicador é a razão entre o número de diplomados no ano  $n$  e o número de admitidos no ano  $n-x$  sendo  $x$  o número de anos de duração do curso. Portugal apresenta uma taxa de 68% no Superior tipo A e de 58% no superior tipo B. Esta variação é idêntica à que ocorre nas médias da OCDE e da UE, todavia em Portugal a taxa de sobrevivência é inferior entre 2 e 4 pontos às médias.

Este indicador deve ser analisado

conjuntamente com a esperança média de permanência no sistema (em Portugal não ultrapassa os 2,6 anos e a média da OCDE é 3 anos) e com os indicadores sobre o insucesso e o abandono, dados que não são disponibilizados no estudo. No entanto é possível detectar, pela expectativa de permanência no sistema, que em Portugal a diferença entre Politécnico e Universitário é tangencial (2,5 e 2,6 anos, respectivamente) e a expectativa de permanência no sistema é inferior às médias da UE e da OCDE.

#### **A5. Taxa de emprego por nível escolar obtido.**

Portugal apresenta taxas de emprego superiores às médias da OCDE e da UE19, mesmo entre os menos habilitados. Portugal apresenta, ainda, uma taxa de emprego feminino bastante superior à média da OCDE e da UE19, com valores próximos dos verificados nos países do Norte da Europa e anglófonos.

É, no entanto, visível um aumento da taxa de emprego em função do aumento da escolarização. No entanto os dados disponíveis permitem inferir do elevado interesse do mercado de trabalho nas baixas qualificações.

Assim, a taxa de emprego em Portugal dos homens e das mulheres habilitados com o ensino básico (87 e 74 % respectivamente) é superior à média da OCDE em 15 pontos percentuais (72 e 49% resp.), ao passo que a taxa de emprego para diplomados do ensino superior é igual no caso dos homens e superior em 9pp no caso das mulheres (89 e 88% em Portugal contra 89 e 79% na OCDE).

#### **A6. Alterações demográficas e previsíveis repercussões na população escolar.**

O Quadro A11.1 do estudo agora apresentado evidencia que a população escolar portuguesa se manterá aos níveis de 2005 durante a próxima década, não sendo previsível uma quebra acentuada como a que se espera na Coreia, a rondar os 30%, ou na Polónia e na Eslováquia, cerca de 20%.

### **Os recursos humanos e financeiros investidos no ensino**

#### **B1. Custo por estudante.**

De acordo com as despesas anuais (por ETI's, em pontos percentuais do PIB e convertidas em US dólares) das instituições de ensino, do 1º ciclo ao superior, Portugal gasta, por estudante, cerca de

metade do que a Noruega gasta, isto é, menos 25% do que a média dos países da OCDE. O estudo destaca ainda que na média simples dos países da OCDE, em termos de custos, cada estudante de ensino superior representa dois do básico. Ora, em Portugal o investimento com o ensino superior é comparativamente menor, uma vez que cada estudante do primário representa cerca de 63% do custo por aluno no superior. Atendendo aos custos por aluno no ensino primário, Portugal encontra-se no 21º lugar entre os 30 da OCDE. Mas se o termo de comparação for o custo por aluno no total do sistema, Portugal ocupa a 22ª posição, baixando para a 24ª se compararmos o custo por aluno do superior.

Além das modestas posições relativas ocupadas por Portugal, é ainda de salientar que o custo por estudante no sistema assim como no primeiro ciclo é cerca de 18% inferior ao da média quer da OCDE quer da UE19. No entanto se atendermos ao custo por estudante do superior, Portugal gasta menos 36% que a média da OCDE e menos 27% que a média da UE19.

#### **B2. Orçamento com educação e ensino superior.**

Entre 1995 e 2003 a percentagem do PIB afecta ao ensino não superior aumentou 0,4 em Portugal, fixando-se nos 4,2%, enquanto as médias da OCDE e da UE19 se mantêm respectivamente nos 3,9 e 3,7.

Em Portugal, a percentagem do PIB afecta ao ensino superior cresceu 2 décimas entre 95 e 2000 mantendo-se no total de 1,1% até 2003, a 3 décimas da média da OCDE e a 2 décimas da média da UE19.

No período analisado, (1995-2003) Portugal apresenta uma diminuição do peso relativo do investimento público no ensino superior, que passa a contar com 8,5% de investimento privado contra 3,5% em 1995, acompanhando assim a tendência da média dos países da OCDE. O comportamento da média dos países da UE19 é semelhante (aumento do investimento privado) mas menos acelerada (+2%).

O total das despesas com educação, enquanto percentagem do PIB e percentagem da despesa pública, sofreu entre 95 e 2003 em Portugal um incremento de 0,5. No entanto este acréscimo não foi o suficiente para aproximar os montantes afectos ao ensino superior nem

das médias da EU (1,3 e 2,7, respectivamente) nem da OCDE (1,3 e 3,1 respectivamente). Assim, a despesa pública com o ensino superior representava, em 2003, 1,1% do PIB e 2,2% do total da despesa pública.

#### **B3. Propinas.**

De acordo com os dados disponíveis, dos 30 países da OCDE:

7 (entre os quais os países escandinavos) não cobram propinas aos estudantes,

5 não disponibilizaram essa informação,

3 não se aplica este dado,

6 (entre os quais Espanha, França e Bélgica) cobram uma propina inferior à estabelecida por Portugal.

Portanto, Portugal está no 8º lugar no ranking das propinas com um sistema de acção social escolar que não chega a abranger 20% dos estudantes.

### **O acesso ao ensino e à formação ao longo da vida**

#### **C1. Peso relativo dos sistemas público e privado, segundo o número de alunos.**

A repartição de alunos, em Portugal, pelos subsistemas público e privado é equitativa (50/50) no Politécnico (terciary type B), e de 3 para 1 no Universitário (terciary type A). Embora os valores do universitário estejam mais próximos das médias da OCDE e da EU, Portugal apresenta uma parcela de estudantes no superior privado maior em, respectivamente, 3pp e 4,5pp. O peso relativo do politécnico privado em Portugal é superior em cerca de 15pp à média da OCDE e 16pp à média da UE19.

#### **C2. Percentagem de jovens no sistema de ensino, por grupos etários.**

No grupo dos jovens entre os 15 e os 19 anos, a taxa de permanência no sistema segundo a média da OCDE é de 80,5% enquanto a média da UE19 ascende aos 83,6%. Portugal não ultrapassa os 73%, ficando acima apenas da Eslováquia (67%), do México (48%) e da Turquia (39%). O estudo apresenta 4 momentos no lustro 1995/2000 e três grupos etários, o primeiro 15-19, o segundo 20-24 e o terceiro 25-29, apontando os resultados de Portugal para um crescimento da taxa de permanência superior ao verificado nas médias da OCDE e da UE nos 2 primeiros grupos etários.

**P.V.**





Licínio C. Lima\*

## Bolonha à portuguesa?

Subscrita pelo governo português em 1999, a Declaração de Bolonha visa estabelecer um espaço europeu de educação superior harmonizado, competitivo e atractivo. Trata-se, sem dúvida, de uma política pública estrutural, de tipo transnacional, visando assegurar a legibilidade e comparabilidade dos graus, elementos de resto indispensáveis à organização de um sistema baseado na emulação e em propósitos de concorrência típicos do funcionamento dos mercados, em busca de um elevado "grau de atracção mundial".

Consequentemente, a lógica da construção de um mercado competitivo exigirá, seguidamente, a adopção de sistemas transnacionais de padrões, de acreditação e de avaliação, com a possível produção de "ratings", ou mesmo de "rankings", das instituições a nível europeu. E também a competição por estudantes de distintos países e por financiamentos públicos escassos será incrementada, desde logo no interior de cada instituição, através da criação de "mercados internos". Esta é a face mercantil por muitos considerada típica das reformas do Estado e da educação pública, de há muito em curso em diversos contextos, fundada sobre "motivações económicas" (empregabilidade, competitividade, adaptabilidade, etc.).

Entre nós, um elevado número de cursos e de escolas iniciará no presente ano lectivo (2006-2007) a prática do Processo de Bolonha, após um longo período marcado por uma manifesta falta de liderança política dos governos, dos órgãos de coordenação e representação de universidades e institutos politécnicos e, em muitos casos, das direcções das próprias instituições de ensino superior.

Muito se encontra ainda por esclarecer e definir, num processo que cedo foi enviesado pelas questões do financiamento, pelo correspondente tacticismo

das escolas e por interesses de ordem profissional.

Em todo o caso, as escolas e os professores investiram muito na adequação dos cursos, cumprindo os requisitos jurídicos que lhes foram impostos. No plano formal o Processo de Bolonha entra em vigor num elevado número de cursos. Nuns casos resultando em profundas alterações estruturais e de perfil e filosofia de formação, noutros, porém, introduzindo mudanças mais superficiais e adaptações marcadas pelo novo léxico reformador e respectivas categorias (unidade curricular, resultados da aprendizagem, horas de contacto, etc.).

Mas se a reforma da pedagogia universitária proposta pelo Processo de Bolonha, sem dúvida a sua dimensão mais positiva, ficar limitada a aspectos formais e terminológicos, é como se tudo tivesse mudado para que tudo ficasse na mesma em termos de ensino, de aprendizagem e de avaliação. Não chega o consenso genérico e aparentemente partilhado pela maioria de que os currículos são tradicionalmente rígidos e enciclopédicos, o ensino é magistral, a avaliação muito tradicional, a pedagogia conteudista, as taxas de insucesso e de abandono elevadas.

A introdução de um novo paradigma educacional exigirá uma reorganização pedagógica profunda, maior flexibilidade curricular, uma distinta organização do trabalho docente e discente, a adopção de esquemas de apoio tutorial, novas formas de avaliação pedagógica e novos calendários e processos de avaliação, maior articulação entre ensino e

pesquisa, turmas mais pequenas, atenção à educação superior também nos planos cultural, ético-político e cívico. Enfim, uma revolução pedagógica que, sendo certo que foi já parcialmente iniciada em alguns cursos e escolas, se encontra longe de estar generalizada e de ser fácil de consolidar.

Não é porém credível que as referidas mudanças possam ser introduzidas sem um grande investimento financeiro inicial, que exigirá alguns anos, com vista à formação de docentes, às mudanças organizacionais indispensáveis, à diminuição do número de alunos por

**Como orientar tutorialmente pequenos grupos em gabinetes colectivos ou em cubículos individuais onde não se consegue receber três ou quatro estudantes? Como garantir e dignificar esse trabalho se se decide não contabilizá-lo como serviço docente? Como é possível continuar a adoptar o conceito e as práticas de época de exames e, mesmo, de exame final?**

professor, à distinta contabilização das horas de trabalho pedagógico (lectivo e não lectivo) de cada docente, à introdução do ensino por equipas docentes, ao reforço das actividades de iniciação à investigação, à supervisão mais próxima e mais individualizada de trabalhos de campo, de projectos, estágios, etc.

Em termos mais estruturais, o próprio estatuto da carreira docente terá de contemplar as mudanças referidas, tal como as regras de financiamento das instituições, questões de importância nuclear que se encontram por equacionar, sem esquecer os possíveis impactos de ordem sistémica, designadamente no que ao ensino secundário se refere.

Trata-se, em suma, não apenas de uma mudança de ordem cultural e profissional no que concerne ao trabalho dos professores, nem somente da exigência de mudanças significativas no trabalho dos alunos e na gestão dos seus quotidianos e dos seus estilos de vida. Embora imprescindíveis, tais mudanças não serão suficientes para, em termos voluntaristas, assegurar um novo modelo pedagógico. São imprescindíveis decisões políticas, condições financeiras e organizacionais para induzir e apoiar as mudanças.

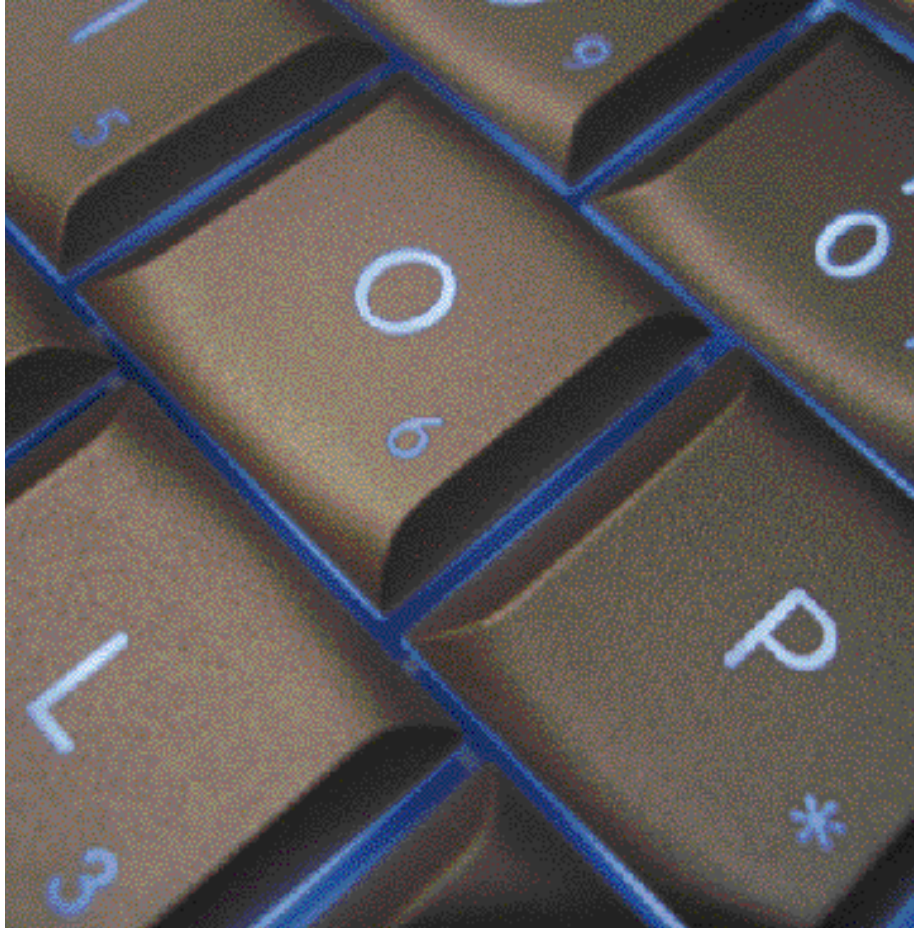
Neste capítulo, não existem razões para optimismo. A redução da duração dos cursos parece constituir uma boa oportunidade para lógicas de racionalização e redução de encargos por parte do Estado, e não para reforçar condições de trabalho e perseguir a já conhecida retórica da qualidade.

Como orientar tutorialmente pequenos grupos em gabinetes colectivos ou em cubículos individuais onde não se consegue receber três ou quatro estudantes? Como garantir e dignificar esse trabalho se se decide não contabilizá-lo como serviço docente? Como é possível continuar a adoptar o conceito e as práticas de época de exames e, mesmo, de exame final? Como continuar a insistir numa organização baseada em ganhos de escala, induzidos pela fórmula de financiamento, quando a pequena escala se revela mais congruente com as exigências pedagógicas?

A menos que o processo evolua rapidamente de forma positiva, arriscamos a construir Bolonha à portuguesa, o que entre nós significaria, tradicionalmente, Bolonha "para inglês ver".

\* *Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho*

Texto publicado no jornal "A Página", Outubro 2006



## Investigação

# Vinte cidades europeias lançam rede de laboratórios vivos

Barcelona, Londres e Oslo estão entre as 20 cidades europeias que lançaram uma rede de laboratórios vivos dedicados à investigação sobre tecnologias de informação e de comunicação. O programa Living Labs Europe foi apresentado em Helsínquia.

Um laboratório vivo é um perímetro urbano onde empresas e institutos de investigação testam técnica e comercialmente novas tecnologias e novos serviços móveis.

"Um dos objectivos desta rede é incitar empresas de todo o mundo a participar no esforço de investigação e inovação europeu", comentou hoje o primeiro-ministro finlandês, Matti Vanhanen, cujo país assegura a presidência da União Europeia até 31 de Dezembro.

Living Labs Europe reúne Barcelona, Matarò e Sant Cugat (todas na Catalunha), Budapeste, Istambul, Londres, Salzburgo, Sophia-Antipolis, Estugarda, Talin, Turin, Copenhaga, Helsínquia, Oslo, Oresund e quatro cidades suecas (Estocolmo, Malmo, Lund e Vastervik).

"São necessárias medidas novas e

concretas para tornar a Estratégia de Lisboa uma realidade bem viva e para tornar a Europa mais concorrencial e inovadora, tendo em conta as necessidades reais dos indivíduos", salientou Vanhanen.

Atrás dos Estados Unidos e do Japão quanto aos esforços de investigação, a União Europeia multiplica as iniciativas para cumprir o seu objectivo de se tornar a economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo até 2010.

Em Outubro foi criado o Instituto Europeu de Tecnologia, que poderá estar operacional em 2009. Para além disso foram lançadas as plataformas tecnológicas europeias para elaborar as estratégias de desenvolvimento e investimento nas áreas importantes para o crescimento e emprego.

AFP, 20/11/2006

Tribunal dá razão ao SPGL

# Concursos no Superior devem obedecer aos princípios do DL 204/98

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) tem defendido o dever de conformação dos concursos de acesso nas carreiras do ensino superior, universitário e politécnico, aos princípios gerais estatuídos pelo artº 5º do DL 204/98.

Essa não tem sido a orientação em muitas instituições de ensino superior que alegam não se lhes aplicar o referido diploma uma vez que aí estão expressamente excepcionados os regimes e os corpos especiais.

Empenhado no esclarecimento deste assunto, o SPGL patrocinou o recurso de um colega do IST relativamente a um concurso documental para Professor Catedrático, iniciativa que foi coroada de êxito uma vez que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa veio anular a deliberação do júri condenando o IST a retomar o concurso mas desta vez cumprindo as alíneas b) e c) do nº 2 do Artº 5º do DL 204/98.

Ora, diz este artigo o seguinte:

“1. O concurso obedece aos princí-

pios de liberdade de candidatura, de igualdade de condições e de igualdade de oportunidades para todos os candidatos.

2. Para respeito dos princípios referidos no número anterior, são garantidos:

a) a neutralidade da composição do júri;

b) a divulgação atempada dos métodos de selecção a utilizar, do programa das provas de conhecimentos e do sistema de classificação final;

c) a aplicação de métodos e critérios objectivos de avaliação;

d) o direito de recurso.”

Confirmou o tribunal que "estes são princípios gerais, aplicáveis em matéria de recrutamento e selecção de pessoal da Administração Pública", isto é, independentemente do regime, corpo ou carreira para os quais seja aberto o concurso.

Esclarece ainda a douta sentença que o princípio da divulgação atempada exige que o sistema de classificação seja aprovado e divulgado antes do momento em que o júri toma conhecimento dos candidatos pois "só desse modo ganha transpa-

rência o procedimento". E adianta que "a lei sanciona assim, directamente, situações de mero perigo de actuação parcial da administração (...) considerando[-as] em si mesmas ilegais com consequências anulatórias sobre o acto final".

O Tribunal aprecia ainda o processo de avaliação, reconhecendo que foram publicitados através do aviso de abertura do concurso os métodos de selecção a utilizar (no caso, o mérito científico e pedagógico) mas conclui que não foi "prévia e atempadamente estabelecido o sistema de classificação final (...) não se estabeleceram métodos e critérios objectivos de avaliação por forma a densificar e assim objectivar a operação de análise curricular..." Adianta, ainda, que não poderá ser a complexidade ou a dificuldade metodológica presente na selecção de um professor catedrático que tornar á lícita uma apreciação casuística dos candidatos pois se, por um lado, não é suficiente a remissão para os termos legais que definem a finalidade do concurso e os termos gerais da ordenação, o que representa na prática uma "abstenção inusitada do Júri relativamente a uma das tarefas mais relevantes que lhe são cometidas", por outro, o incumprimento deste preceito "não teria alcance para permitir efectivar a margem de controle jurisdicional" consagrado na Constituição da República e no Código do Procedimento Administrativo. Vem ainda o Tribunal realçar que a definição do sistema de classificação só fará sentido antes da apresentação das candidaturas "sob pena de se impedir aos candidatos uma elaboração esclarecida e de se encorajarem indesejáveis suspeições sobre a imparcialidade da Administração".

Este processo, patrocinado pelo SPGL, e os outros acórdãos que respaldam as conclusões aqui sumariadas, vem contribuir para o aumento da transparência do funcionamento dos júris dos concursos, assim seja cumprida a legislação em vigor. Cumpre a todos zelar pelo seu cumprimento. É o que continuaremos a fazer. ■

## Universidades em acção

- A **Universidade dos Açores** e a Livraria Solmar organizaram o lançamento da revista *Arquipélago - História. In Memoriam Artur Boavida Madeira*, com apresentação da Profª. Doutora Gilberta Rocha.
- A edição deste ano da *Semana Aberta da Ciência e Tecnologia* decorreu, na **Universidade de Aveiro**, entre 20 e 25 de Novembro.
- A **Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro** prepara o VI Congresso Ibérico de Geoquímica e a XV Semana de Geoquímica, a realizar de 16 a 21 de Julho de 2007, em Vila Real.
- O Auditório da Reitoria da **Universidade de Coimbra** acolheu recentemente o *V Congresso de Investigação em Medicina: Pedagogia e Ciência*, onde se apresentaram trabalhos nas áreas da educação médica, biomedicina e clínica. Investigação e pedagogia nas Escolas Médicas foram temas em foco nos trabalhos deste Congresso.
- Os Departamentos de Matemática e de Psicologia e Educação da **Universidade da Beira Interior** organizaram recentemente uma conferência subordinada ao tema "*Avaliação Cognitiva. Crianças em Idade Escolar*", dinamizada pela Prof.ª Doutora Maria José Miranda da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.



## Em Cascais, até 7 de Janeiro

# 70 gravuras da Suite 60 de Pablo Picasso



**E**m exposição estão gravuras nas quais Picasso construiu uma narrativa baseada em «variações sobre cinco temas»: «O pintor e a modelo», «O teatro», «O cornudo», «O circo» e «Os amigos».

As 70 gravuras em causa foram desenhadas por Picasso entre Agosto de 1966 e Janeiro de 1968, quando o pintor já contava 85 anos e convalescia de intervenções cirúrgicas, explicou o director do Centro Cultural de Cascais.

Salvato Telles de Menezes realçou ainda a importância das gravuras de Picasso, já que datam de um período de vida em que o artista se «dedicou quase compulsivamente ao desenho e gravura, onde conseguia expressar o que achava não conseguir transmitir pela pintura».

«Estas gravuras de Picasso, com as quais o pintor constrói uma narrativa, mostram o lado reiterativo e obsessivo do pintor», além de terem um carácter «erótico extremamente forte», adiantou.

A série «Suite 60 - El Contemplador Activo» é propriedade da Fundación Bancaja de Valência, uma instituição bancária espanhola que as adquiriu recentemente e com a qual o centro tem um protocolo de colaboração.

Esta é a segunda vez que as gravuras vão estar patentes ao público, referiu Salvato Telles de Menezes. A primeira foi em Valência, no Museu de Albacete, numa mostra da responsabilidade daquela instituição bancária espanhola.

A mostra vai estar exposta até 7 de Janeiro próximo.

Com entrada livre, a exposição pode ser visitada de terça-feira a domingo entre as 10:00 e as 18:00. *TSF*, 9/11/2006 ■

## Terra Sem Sombras

# 3º Festival de Música Sacra do Baixo Alentejo

**N**um projecto que se estende até 24 de Março, dedicado às formas do som (vozes e instrumentos) aqui fica em agenda uma parte da programação do 3º Terra Sem Sombras – Festival de Música Sacra do Baixo Alentejo 2006/2007, iniciativa da Arte das Musas e do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja, para os dias 20 de Janeiro e 3 de Fevereiro:

**20 de Janeiro de 2007, 21h30, Beja, Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, *Recital de Cravo e Clavicórdio, Imagens da Música de Tecla Ibérica do Maneirismo ao Pós-Barroco, João Paulo Janeiro.***

**3 Fevereiro 2007, 16h00, Santa Cruz (Almodôvar), Igreja Matriz de Santa Cruz, *O Consort Português Mal Temperado, Música do Manuscrito 964 da Biblioteca Pública de Braga, A imagem da melancolia, Consort de Flautas.*** ■

## Universidade de Évora

# Prémio Rómulo de Carvalho atribuído a Carlos Fiolhais



**E**m reunião realizada no dia 15 de Novembro, o Júri de Atribuição do Prémio Rómulo de Carvalho, instituído pela Universidade de Évora, deliberou, por unanimidade, atribuir o Prémio Rómulo de Carvalho, a Carlos Manuel Baptista Fiolhais, Professor Catedrático da Universidade de Coimbra pela sua assinalável obra

de divulgação da cultura científica e pelos seus contributos ao Ensino e História da Ciência.

Fiolhais nasceu em Lisboa em 1956. Licenciou-se em Física na Universidade de Coimbra em 1978 e doutorou-se em Física Teórica na Universidade Goethe, em Frankfurt/Main, Alemanha, em 1982. É Professor Catedrático no Departamento de Física da Universidade de Coimbra desde 2000. Foi professor convidado em universidades de Portugal, Brasil e Estados Unidos.

Publicou mais de 30 livros, alguns em co-autoria: as obras de divulgação científica "Física Divertida" (este um best-seller, com mais de 15000 exemplares vendidos até agora, nas 6 edições), "Computadores, Universo e Tudo o Resto" e "A Coisa Mais Preciosa que Temos", na Gradiva; livros de ciência infantil "Ciência a Brincar", na Bizâncio; vários manuais escolares de Física e Química desde o 8º ao 12º ano, na Texto Editora, Gradiva, e Didáctica; "Roteiro de Ciência e Tecnologia", na Ulmeiro; o manual universitário "Fundamentos de Termodinâmica do Equilíbrio", na Gulbenkian; etc.

Os seus interesses científicos centram-se na Física Computacional da Matéria Condensada e no Ensino e História das Ciências. Foi fundador e Director do Centro de Física Computacional da Universidade de Coimbra, onde procedeu à instalação do que é o maior computador português para cálculo científico ("Centopeia", um sistema paralelo de cem máquinas). Organizou numerosos encontros e escolas, nacionais e internacionais. Tem coordenado vários projectos de investigação e supervisionado vários estudantes de mestrado e doutoramento. Participou em numerosas acções, conferências e colóquios promovendo a ciência e a cultura científica. Criou o portal de ciência [www.mocho.pt](http://www.mocho.pt).

Fiolhais dirige a revista "Gazeta de Física" da Sociedade Portuguesa de Física e é membro da comissão editorial das revistas "Europhysics News", da Sociedade Europeia de Física, "Física na Escola" e "Revista Brasileira do Ensino da Física", da Sociedade Brasileira de Física. Foi Director do Centro de Informática da Universidade de Coimbra e da Biblioteca do Departamento de Física da Universidade de Coimbra (onde criou a Biblioteca Rómulo de Carvalho de Cultura Científica). É Presidente do Conselho de Investigação do Instituto Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, membro do Conselho Científico da Fundação para a Ciência e Tecnologia e membro dos corpos gerentes do Fórum Internacional dos Investigadores Portugueses. É colaborador do jornal "O Primeiro de Janeiro" e foi colaborador do jornais "Público", "Expresso", "Visão", etc. Foi consultor do programa "Megaciência" para a televisão SIC.

É actualmente Director da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. ■

